

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT18.014

## SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA: CENAS DA IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO PSICOSSOCIAL NA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE UM MUNICÍPIO

Gislenny Alves<sup>1</sup>

Edvaldo Cesar do Nascimento<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência, articulando conhecimento teórico-prático sobre a implantação do Núcleo Psicossocial e Pedagógico (NAPP) na rede de educação básica de um município alagoano. A promulgação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, possibilitou o reconhecimento da importância desses profissionais no ambiente escolar, levando-os a integrar as equipes educacionais, buscando a compreender e intervir em situações de sofrimento psíquico, violação de direitos e estreitamento de laços comunitários. A implementação da lei é um avanço na luta pela inclusão desses profissionais, garantindo um olhar técnico e humano sobre o desenvolvimento emocional e cognitivo dos alunos. O psicólogo escolar tem como principal missão contribuir para a construção de um ambiente educacional saudável, promovendo o bem-estar emocional e favorecendo a aprendizagem, diante disso, as profissionais lotadas na secretaria tiveram a missão pioneira de construir instrumentos e intervenções para

1 Mestre em Psicologia pelo programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, [gislenny.a@gmail.com](mailto:gislenny.a@gmail.com);

2 Mestrando pelo Curso de Pós-graduação em Ciência da Educação da Universidade Autónoma de Assunção - AA, [cesarbig77@gmail.com](mailto:cesarbig77@gmail.com);

garantir a promoção de saúde mental na dinâmica institucional, uma vez que a atuação do psicólogo escolar transcende o atendimento clínico. As intervenções realizadas se direcionaram inicialmente para a divulgação do serviço e no segundo momento, focaram o estudo da realidade e intervenções compatíveis com as necessidades levantadas. A efetivação da Lei 13.935/2019 representa um grande passo para a promoção de ambientes escolares saudáveis, conforme o relato deste estudo.

**Palavras-chave:** núcleo psicossocial, educação básica, experiência, psicólogo escolar.

## INTRODUÇÃO

A escola contemporânea, para além de seu papel pedagógico central, configura-se como um espaço de atravessamentos sociais, familiares e emocionais complexos. O aumento da vulnerabilidade social, o impacto da pandemia de COVID-19, somando-se a identificação crescente de sofrimento psíquico em crianças e adolescentes impuseram à rede de ensino a necessidade urgente de uma resposta estruturada em saúde mental e apoio social.

A ausência de um suporte psicossocial especializado no ambiente escolar tem historicamente contribuído para a patologização do fracasso escolar e o agravamento das desigualdades, demandando, portanto, uma intervenção profissional qualificada e alinhada às políticas públicas de garantia de direitos.

Nesse contexto, a aprovação da Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, marcou um avanço legal fundamental, tornando obrigatória a presença de profissionais de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica para a articulação de ações que visem o desenvolvimento integral dos estudantes. Complementarmente, a recente Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, reforça a necessidade de promoção da saúde mental e garantia de acesso à atenção psicossocial, tendo ainda como fundamento jurídico e legal o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): que assegura o direito à educação visando o pleno desenvolvimento da pessoa (Art. 53), sendo o apoio psicossocial essencial para a garantia deste direito.

As escolas em que foram realizadas as implantações do Núcleo, com aproximadamente 200 alunos (do 1º ao 9º ano) no total, apresentavam um quadro desafiador: altos índices de indisciplina, queixas frequentes de professores sobre dificuldades de manejo em sala de aula, casos de automutilação e ansiedade em adolescentes, e um notório distanciamento

entre a escola e as famílias. A demanda por um suporte especializado era urgente foi a mola propulsora para a implantação do Núcleo.

O Núcleo de Apoio Psicossocial (NAPS) foi concebido como uma equipe multiprofissional, inicialmente composta por uma psicóloga e uma assistente social, com atuação estratégica e sistêmica, afastando-se do tradicional modelo clínico-terapêutico individual, focado apenas no “aluno-problema”. O projeto inicial se pautou nas diretrizes da Psicologia Escolar Crítica e da Assistência Social com foco na garantia de direitos.

Este artigo se propõe a relatar a experiência das autoras na criação e implantação do Núcleo de Apoio Psicossocial (NAPS) na rede de Ensino Fundamental de uma pequena cidade do interior de Alagoas, refletindo sobre os limites e possibilidades de suas práticas e saberes. Metodologicamente, o trabalho se enquadra como um Relato de Experiência, um tipo de produção científica que, ancorado na práxis (ação refletida), objetiva a descrição detalhada e a análise crítica de uma intervenção real, conferindo visibilidade e cientificidade ao conhecimento produzido no cotidiano dos serviços.

A escolha por este formato visa, portanto, a divulgação em periódicos científicos da área de Educação e Saúde Coletiva, a fim de contribuir com a socialização de práticas exitosas e subsidiar a replicação e aprimoramento do modelo de apoio psicossocial em outras redes de ensino do país.

Os impactos das vivências cotidianas de sofrimento psíquico, seja de forma direta ou indireta nos indicam que os cuidados com a saúde mental e apoio social são cada vez mais necessários. Além do auxílio de colegas e familiares, é preciso também que os estudantes tenham o auxílio profissional e o Núcleo de Apoio Psicossocial, uma vez que este se torna um serviço institucional essencial nas escolas, pensado para seus estudantes e que reflete os valores da gestão pública municipal.

A atuação do Núcleo de Apoio Psicossocial (NAPS) adota a perspectiva da Psicologia Escolar Crítica (Machado, 2012; Tuleski, 2008), que se afasta do modelo clínico-terapêutico individualizante e foca na análise das rela-

ções e processos institucionais que produzem o sofrimento e o fracasso escolar. A intervenção é direcionada à coletividade (estudantes, educadores e famílias), priorizando ações de promoção, prevenção e orientação. Seu compromisso é com a promoção da saúde mental e o enfrentamento de vulnerabilidades, intervindo no Projeto Político Pedagógico (PPP) e nas relações que estruturam o ambiente escolar (Souza, 2009).

Em consonância, o Serviço Social na Educação baseia-se na visão de que a educação é um direito social (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e Constituição Federal) e que as questões sociais que afetam o processo de ensino-aprendizagem demandam mediação especializada. O trabalho é pautado pela intersetorialidade e pela busca de acesso a direitos e políticas públicas (CFESS, 2019). O assistente social opera na articulação intersetorial (saúde, assistência social, rede de proteção), visando garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação como um direito social, e atuando junto às famílias para o acesso a políticas públicas e a desburocratização da rede de proteção (CFESS, 2019).

A efetividade da Lei nº 13.935/2019 reside na capacidade dos profissionais de operacionalizarem a interdisciplinaridade. Este conceito, que vai além da simples justaposição de saberes (multidisciplinaridade), exige a complementaridade recíproca e a construção de um objeto de trabalho comum entre as áreas, a saber: o desenvolvimento integral e a permanência qualificada do estudante.

## **A TRAJETÓRIA DA PSICOLOGIA E DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UM OLHAR HISTÓRICO E CRÍTICO**

A inserção da Psicologia e do Serviço Social no campo educacional brasileiro, embora formalizada mais recentemente pela Lei nº 13.935/19, possui raízes históricas profundas e complexas, marcadas por tensões entre o modelo individualizante e a perspectiva crítica institucional. Compreender essa trajetória é crucial para balizar a atuação do Núcleo de

Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAPP) e evitar a reedição de práticas que historicamente contribuíram para a naturalização do fracasso escolar.

A Psicologia entra na educação brasileira atrelada, inicialmente, ao projeto da Escola Nova e à necessidade de medir e classificar os alunos. Inspirada pelo modelo psicométrico e pela Psicologia Experimental, a atuação visava identificar deficiências individuais que justificassem o baixo rendimento. Foco: O psicólogo (a) atuava, principalmente, nos “Gabinetes de Psicologia e Orientação”, aplicando testes de inteligência (QI) e aptidão. Crítica Central: Essa prática resultava na patologização e medicalização do fracasso escolar (PATTO, 2004). O não - aprender era atribuído a “disfunções” no aluno (ou na família desestruturada), desviando a atenção dos determinantes sociais, políticos e pedagógicos presentes na estrutura da escola pública.

A partir da década de 1970, e intensificada nos anos 1980, emerge um movimento de crítica a esse modelo individualizante. Pensadoras como Maria Helena Souza Patto e Marisa Eugênia Ferreira apontam que a Psicologia não deveria ser instrumento de exclusão, mas sim de transformação institucional.

Novo Paradigma: A Psicologia Escolar passa a adotar a perspectiva sócio-histórica (VYGOTSKY, 1991), que entende o desenvolvimento e a aprendizagem como processos socialmente mediados. O foco migra do indivíduo para as relações e para o contexto institucional e social mais amplo. Atuação Desejada: A atuação se torna institucional e consultiva (MACHADO & SOUZA, 1997), voltada para a promoção da saúde mental da comunidade escolar, a formação continuada de professores e a intervenção nas práticas e no currículo da escola, buscando a desnaturalização da queixa escolar.

O Serviço Social compartilha com a Psicologia Escolar a trajetória de uma inserção tardia e marcada pela necessidade de legitimar um campo de atuação não-clínico. Historicamente, a presença do assistente social nas escolas estava ligada a ações pontuais de caráter filantrópico ou de encaminhamento burocrático.

No início, a atuação do Serviço Social na escola estava frequentemente ligada à identificação e mediação para o acesso a recursos materiais (cestas básicas, uniformes) ou à realização de visitas para justificar a ausência do aluno. Superação: A profissão, pautada no seu Projeto Ético-Político (CFESS, 1993), busca superar a visão meramente assistencialista. O assistente social na educação deve atuar como agente de garantia de direitos (BRAZ, 2011).

O Serviço Social na educação concentra-se na compreensão dos determinantes sociais que afetam o processo de ensino-aprendizagem. Foco: O assistente social atua no reconhecimento e enfrentamento das expressões da Questão Social que se manifestam no ambiente escolar (violência, pobreza, negligência, ausência de moradia digna). Ferramenta Central: O trabalho do Serviço Social é o trabalho em rede (IAMAMOTO, 2007). É o profissional apto a mapear, articular e mobilizar os recursos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelecendo o elo vital entre a escola, a família e o território.

A aprovação da Lei nº 13.935, em 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica, marca um novo capítulo para ambas as profissões. Exigência: A lei impõe o desafio de uma atuação integrada e interdisciplinar no ambiente escolar (BRASIL, 2019). O NAPP, como núcleo de apoio, deve concretizar essa integração, onde a análise psicossocial do aluno (mediada pela Psicologia) se articula com a análise dos determinantes sociais e a mobilização de recursos (mediada pelo Serviço Social).

O Risco da Fragmentação: O desafio atual é evitar que, mesmo após a lei, a atuação se fragmente, com a Psicologia focando apenas no aspecto intrapsíquico e o Serviço Social, apenas no aspecto material/burocrático. O sucesso do NAPP depende da construção de um Projeto de Intervenção Comum que promova o desenvolvimento pleno, a saúde mental e a garantia dos direitos de toda a comunidade escolar.

## A INTERDISCIPLINARIDADE NA ESFERA EDUCACIONAL

A inserção de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica, consolidada pela Lei Federal nº 13.935/2019, estabelece um novo paradigma para a atuação profissional na escola. Esta legislação transcende a mera inclusão de especialistas, demandando a constituição de equipes multiprofissionais com atuação pautada na perspectiva da educação integral, que reconhece o processo ensino-aprendizagem como um fenômeno atravessado por dimensões psicossociais, econômicas e culturais.

A teoria contemporânea sobre a atuação desses profissionais na educação aponta para a superação definitiva dos modelos tradicionais:

Para a Psicologia Escolar/Educacional: O foco migra do modelo clínico-adaptacionista (centrado na patologização individual do fracasso escolar ou na adaptação do aluno à norma) para uma abordagem institucional e crítica. A Psicologia, sob este prisma, deve atuar na análise dos fenômenos escolares como produtos das relações institucionais, pedagógicas e sociais, buscando transformar o contexto para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem. Seu compromisso é com a promoção da saúde mental e o enfrentamento de vulnerabilidades, intervindo no Projeto Político Pedagógico (PPP) e nas relações que estruturam o ambiente escolar (Souza, 2009; CFP).

Para o Serviço Social na Educação: A atuação se alinha com o Projeto Ético-Político Profissional, centrado no reconhecimento e enfrentamento das diversas expressões da “Questão Social” que incidem no cotidiano escolar, como a desigualdade, a violência e a violação de direitos. O assistente social opera na articulação intersetorial (saúde, assistência social, rede de proteção), visando garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação como um direito social, e atuando junto às famílias para o acesso a políticas públicas e a desburocratização da rede de proteção (CFESS).

Desse modo, a presença de psicólogos (as) e assistentes sociais nas escolas representa a preocupação crescente em relação à saúde mental e direitos das crianças e adolescentes. A equipe de apoio psicossocial volta seu foco no desenvolvimento socioemocional de crianças e adolescentes nas escolas, partindo do pressuposto de que a aprendizagem se constrói na relação interpessoal que ocorre no espaço escolar e vai além dele, incluindo a comunidade e a família

## IMPERATIVO DA INTERDISCIPLINARIDADE

A efetividade da Lei nº 13.935/2019 reside na capacidade dos profissionais de operacionalizarem a interdisciplinaridade. Este conceito, que vai além da simples justaposição de saberes (multidisciplinaridade), exige a complementaridade recíproca e a construção de um objeto de trabalho comum entre as áreas, a saber: o desenvolvimento integral e a permanência qualificada do estudante.

Profissão	Objeto de Análise Principal na Escola	Contribuição Específica na Equipe
<b>Psicologia</b>	O processo de desenvolvimento humano, a subjetividade e as relações (aprendizagem, convivência, clima escolar).	Intervenção na dinâmica institucional, formação de educadores e manejo de crises psicossociais, com foco na subjetividade e nos vínculos.
<b>Serviço Social</b>	As expressões da questão social e a mediação entre a escola e a rede de direitos sociais (família, território, políticas públicas).	Identificação e articulação da Rede de Proteção, garantia de direitos e atuação no enfrentamento da evasão e da infrequência escolar.

A atuação conjunta, tal como proposta no Núcleo de Apoio Psicossocial (NAPS), deve, portanto, pautar-se na escuta qualificada da demanda escolar – que raramente se apresenta de forma puramente psicológica ou social – e na elaboração de planos de ação que integrem a dimensão singular (própria da Psicologia) e a dimensão sociopolítica e coletiva (própria do Serviço Social). O êxito dessa parceria está intrinsecamente ligado ao compromisso ético-político de ambos em relação à defesa de uma educação pública, laica e de qualidade para todos.

A atuação conjunta, tal como proposta no Núcleo de Apoio Psicossocial (NAPS), deve, portanto, pautar-se na escuta qualificada da demanda escolar – que raramente se apresenta de forma puramente psicológica ou social – e na elaboração de planos de ação que integrem a dimensão singular (própria da Psicologia) e a dimensão sociopolítica e coletiva (própria do Serviço Social). O êxito dessa parceria está intrinsecamente ligado ao compromisso ético-político de ambos em relação à defesa de uma educação pública, laica e de qualidade para todos.

## METODOLOGIA

Os caminhos escolhidos para a construção deste trabalho acadêmico se encontram no campo das metodologias qualitativas, que se interessando pela compreensão e sentido dos eventos e fatos da vida (GIL, 2002). Como forma de dar vazão ao conhecimento que se produz no chão dos espaços educacionais por profissionais que comprometem suas vidas com suas experiências, o Relato de Experiência, utilizado aqui como delineamento qualitativo que visa descrever e analisar uma intervenção ou prática profissional específica (Padilha, 2005) foi de fato a melhor escolha para concretizar a sistematização de conhecimentos das autoras.

Ao considerar o Relato de Experiência como expressão escrita de vivências, que possui a capacidade de contribuir na produção de conhecimentos das mais variadas temáticas, é reconhecida a importância de discussão sobre o conhecimento no meio acadêmico. O conhecimento humano está intrinsecamente ligado ao saber escolarizado e aprendizagens advindas das experiências socioculturais. O seu registro por meio da escrita é a forma mais aceita e reconhecida para que a sociedade acesse e compreenda questões acerca de vários assuntos, sobretudo pelo meio virtual, uma vez que o contexto contemporâneo informatizado possibilita isso.

De acordo com Breton e Alves (2021, p.3), a experiência “é vivida antes de ser captada pelo pensamento, apreendida pela reflexão, caracterizada em seus componentes”, dessa forma, é ela “que desperta o poder

de conhecer” (MENEZES, 2021, p.10). Possibilitando assim a aprendizagem e a construção de novos conhecimentos. Ainda seguindo a linha de raciocínio dos autores, não se pode aprender pelo outro, mas sim com a outra pessoa.

Nesse sentido Geertz (2004) nos ajuda a compreender que é fundamental a identificação, diferenciação e associação crítica-reflexiva entre a experiência próxima e distante, refletir sobre o que se produz e o que é produzido ao nosso redor contribui para uma melhor compreensão da realidade. Podemos compreender que ao nos propor a capturar a experiência em uma atividade acadêmica buscamos estabelecer uma ação crítica-reflexiva e sua (re)aplicação em outras situações ou com outras pessoas.

Dentre as muitas áreas do saber que usam o Relato de Experiência, duas têm mais expressividade de número das atividades, a Educação (integrante da grande área das Humanidades), tendo como subáreas: Ensino e Aprendizagem, Teorias da Instrução, Métodos e Técnicas de Ensino, Avaliação da Aprendizagem e Currículo, e também, a de Ensino (integrante da grande Área Multidisciplinar), tendo como subáreas: propostas educativas e Ensino de determinado conteúdo (Dias, Therrien e Farias, 2001).

Ao observados os dados sobre o uso do Relato de Experiência, podemos perceber que ele faz parte dos estudos publicados por docentes e discentes nos três pilares: ensino, pesquisa e extensão. No ensino, essa metodologia de pesquisa auxilia na compreensão e reflexão sobre as ações durante os componentes curriculares, sobretudo os estágios e formação geral do estudante, Na pesquisa, essas vivências possibilitam aprendizagens e reflexões sócio-históricas e culturais (Mussi et al, 2021) Na extensão, a atuação aproximação da população através do desenvolvimento de projetos enriquece as experiências e possibilitam amplos relatos que podem edificar instrumentos e práticas sociais.

O Município onde aconteceu a implantação do NAPS caracteriza-se por uma economia predominantemente agrícola, com baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) e alta dependência de programas de

transferência de renda. A população escolar, majoritariamente oriunda de famílias de baixa renda e com históricos de migração rural-urbana recente, apresentava um quadro de vulnerabilidade social complexa, manifestada por:

- Insegurança Alimentar: Refletida na dependência da alimentação escolar como principal refeição diária.
- Fragilidade na Rede de Proteção: Quantidade insuficiente de equipamentos sociais (CRAS, CREAS) e de saúde mental, com alta demanda reprimida.
- Violência Intrafamiliar e Negligência: Frequentes notificações de situações que impactam diretamente a permanência e o aprendizado escolar.

Durante a experiência de implantação do NAPS, as autoras do trabalho realizaram o Registro em Diário de Campo: Anotações sistemáticas sobre as ações, reuniões e impressões das profissionais. Bem como foi realizada a Análise Documental dos arquivos que subsidiam a prática profissional de psicólogos e Assistentes sociais nas escolas: Avaliação de planos de ação, fluxos de encaminhamento e relatórios do

NAPS. Além do uso de Memória das Profissionais: Descrição detalhada da vivência na implantação. O período de análise compreende o mês de janeiro de 2024 a dezembro de 2024, abrangendo a fase inicial de estruturação do núcleo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Adentrar em um campo do qual a psicologia e o serviços social durante muito tempo esteve de modo distante, torna a produção dessa prática desafiadora, visto que os desafios estão presentes nas intersecções que o trabalho exige dos profissionais. Diante da leitura realizada e da análise detalhada do material colhido, incluindo diários de campo, documentos

e memórias das profissionais, foi possível elencar algumas categorias de reflexões teórico-práticas que se esforçam para abarcar a complexidade das experiências vividas ao mesmo tempo em que se relacionam com conceitos teóricos discutidos no campo acadêmico e da prática profissional.

## ONDE ESTAMOS? A CHEGADA NO ESPAÇO ESCOLAR

A inserção da equipe no campo escolar revelou que as demandas não se restringiam a “problemas de aprendizagem” ou “comportamento”, mas eram manifestações das expressões da Questão Social que invadem o espaço pedagógico. Sendo possível depreender que apesar dos avanços, a atuação no âmbito escolar apresenta limites estruturais e conceituais que merecem reflexão teórica, pautada principalmente na necessidade de romper com o modelo tradicional e individualizante.

A primeira etapa da implementação consistiu na organização administrativa. As profissionais, utilizando a diretriz da intersectorialidade, estabeleceram parcerias com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) municipal.

*Nota: Um dos desafios iniciais foi desmistificar a atuação, pois a escola esperava primariamente atendimentos clínicos individuais, divergindo da nossa proposta preventiva e institucional, conforme preconizado pela Psicologia Escolar.*

Foram definidos fluxos de trabalho claros:

- Acolhimento e Escuta: Primeira triagem de casos encaminhados por professores/gestão.
- Intervenção Primária: Rodas de conversa, oficinas temáticas e palestras preventivas.
- Encaminhamento em Rede: Articulação com CRAS, CAPS e Conselho Tutelar para demandas mais complexas.

Nesse momento as profissionais se voltaram ao conhecimento do público da escola, das conversas com professores e demais profissionais do campo escolar e das famílias, com o intuito de compreender as demandas e se integrar àquele novo espaço, cheio de desafios e possibilidades.

Também foi o momento de Mapear os pontos de atenção (CAPS, CRAS, UBS, Conselho Tutelar) e estabelecer os primeiros contatos para construir fluxos de encaminhamento e referência e contrarreferência. Bem como foi realizada a apresentação dos dados do diagnóstico à gestão e à equipe pedagógica, negociando o foco de atuação inicial do NAPS, priorizando intervenções sistêmicas e preventivas em vez de apenas remediativas.

## **SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO**

Foram promovidos momentos de escuta com as equipes com o objetivo de desmistificar a atuação e apresentar o referencial teórico-crítico (atuação institucional e preventiva, não clínica), enfatizando a Lei nº 13.935/19 e a atuação colaborativa, tendo como estratégia principal a discussão sobre o fracasso escolar como fenômeno social; apresentando de casos-modelo de atuação sistêmica.

Em relação especificamente ao atendimento da psicologia houve a criação um espaço seguro de escuta para as angústias dos alunos e manejo das demandas dos professores. Também foi feita a apresentação do NAPS às famílias, reforçando o papel da escola como espaço de cuidado integral e sensibilizar sobre a importância da participação familiar na vida escolar e no acompanhamento de encaminhamentos.

Como ação estratégica de cuidado no espaço escolar, foi realizada uma capacitação da equipe gestora e alguns professores-chave para o manejo inicial e o acolhimento em situações de crise (luto, automutilação, crises de ansiedade). Todas as ações realizadas refletiam o compromisso assumido pela psicologia e pelo serviço social no âmbito escolar.

Essas etapas garantiram que o NAPS se estabelecesse não como um “apêndice” clínico, mas como um ator estratégico na promoção de um

ambiente escolar saudável, inclusivo e que garanta os direitos de seus estudantes e famílias.

A Psicóloga atuou primordialmente no plano da despatologização do sofrimento, redirecionando o foco da “criança problema” para as relações e a instituição escolar.

O trabalho de assessoria à gestão e aos docentes tornou-se central. Foram realizadas oficinas para discutir a relação entre o desenvolvimento humano (Vygotsky e a mediação cultural) e as condições objetivas de vida. A reflexão teórica se concentrou em: “A Psicologia Escolar Crítica compreende que o desenvolvimento e a aprendizagem são processos sócio-históricos. Em um contexto de vulnerabilidade, o sofrimento psíquico manifestado como ‘indisciplina’ é um sintoma da não-garantia de direitos. O papel do psicólogo não é adaptar o aluno, mas transformar o ambiente institucional para que este seja promotor de saúde e emancipação.”

O Assistente Social priorizou a mediação entre a escola e a esfera pública e privada. O trabalho concentrou-se na análise das condições de vida das famílias e na instrumentalização para o acesso às políticas sociais (bolsas, programas de saúde e moradia). A ação mais crítica foi a articulação intersetorial efetiva, que exigiu a criação de fluxos de comunicação claros e formais com o Conselho Tutelar e a rede de Saúde. A reflexão teórica guiava-se pelo Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social.

## O RISCO DA CLÍNICALIZAÇÃO E INDIVIDUALIZAÇÃO

O maior desafio da prática profissional nesse campo é a resistência em abandonar a queixa escolar como foco exclusivo. A escola, acostumada ao modelo médico-individual (Patto, 1997), tende a solicitar que o (a) psicólogo(a) “consertem” o aluno. Limitação: O tempo limitado para atendimento (muitas vezes, um(a) profissional para toda a escola) e a pressão por resultados imediatos (redução de notas baixas ou indisciplina) podem forçar o profissional a recorrer a atendimentos individuais

superficiais, negligenciando a intervenção na dinâmica institucional e nas relações pedagógicas. Limites Estruturais e de Recursos:

A efetividade do NAPS está diretamente ligada à estrutura da rede de proteção e às condições de trabalho. Limitação: A sobrecarga de trabalho, a escassez de salas adequadas para o sigilo e o acolhimento, e a fragilidade da rede intersetorial (serviços de saúde e assistência com filas de espera) colocam o profissional em uma posição de grande frustração, pois o diagnóstico social e o encaminhamento nem sempre resultam em assistência efetiva para o estudante e sua família.

A Psicologia e o Serviço Social, para serem eficazes, devem estar integrados ao PPP. Limitação: Muitas vezes, o NAPS é visto como um “anexo” de emergência, e não como parte fundamental do processo de ensino-aprendizagem. Isso dificulta a participação dos profissionais nas instâncias de decisão e a implementação de ações preventivas de longo prazo, mantendo a atuação no campo da intervenção pontual e da emergência.

A efetividade do NAPS está diretamente ligada à estrutura da rede de proteção e às condições de trabalho, tendo como limitação: A sobrecarga de trabalho, a escassez de salas adequadas para o sigilo e o acolhimento, e a fragilidade da rede intersetorial (serviços de saúde e assistência com filas de espera) colocam o profissional em uma posição de grande frustração, pois o diagnóstico social e o encaminhamento nem sempre resultam em assistência efetiva para o estudante e sua família.

A Psicologia e o Serviço Social, para serem eficazes, devem estar integrados ao PPP. Muitas vezes, o NAPP é visto como um “anexo” de emergência, e não como parte fundamental do processo de ensino-aprendizagem. Isso dificulta a participação dos profissionais nas instâncias de decisão e a implementação de ações preventivas de longo prazo, mantendo a atuação no campo da intervenção pontual e da emergência.

A implantação do NAPP na Escola “Caminhos do Saber” é um relato de experiência que sublinha a urgência e a relevância da atuação psicossocial e social na Educação Básica, conforme previsto pela legislação.

As possibilidades são vastas quando o foco se volta para a instituição, o desenvolvimento integral e a articulação de redes, em vez de se limitar ao diagnóstico individual.

No entanto, o profissional da área deve estar sempre atento aos limites que o contexto impõe, agindo com ética e clareza de função para não cair na armadilha da psicologização do fracasso escolar ou da individualização de problemas que são, em sua essência, sociais e institucionais. O trabalho é uma construção contínua, que exige posicionamento crítico, interdisciplinaridade e uma luta constante por condições de trabalho que permitam uma atuação estratégica e transformadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro ano de implantação do NAPS em Município em questão evidenciou a crucialidade da Lei nº 13.935/2019 em contextos de alta vulnerabilidade. Os resultados preliminares demonstram que a redução da Evasão Escolar pode ser observado através do acompanhamento ativo das famílias com foco na garantia de condições de permanência dos estudantes na escola. Constatou-se também a melhora no Clima Escolar: Oficinas com professores e alunos sobre gestão de conflitos e relações interpessoais. Além do Fortalecimento da Rede: Formalização do fluxo de acionamento do Conselho Tutelar e de encaminhamento para serviços de saúde mental.

No entanto, o profissional da área deve estar sempre atento aos limites que o contexto impõe, agindo com ética e clareza de função para não cair na armadilha da psicologização do fracasso escolar ou da individualização de problemas que são, em sua essência, sociais e institucionais. O trabalho é uma construção contínua, que exige posicionamento crítico, interdisciplinaridade e uma luta constante por condições de trabalho que permitam uma atuação estratégica e transformadora.

Este relato demonstra que a atuação da Psicologia e do Serviço Social na escola não é um acessório pedagógico, mas uma condição essencial

para a efetivação do direito à educação em sua integralidade. A prática interdisciplinar e crítica permite que a escola se torne, de fato, um espaço de acolhimento e emancipação, capaz de mediar as contradições sociais e lutar pela transformação da realidade objetiva dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2019.

BRASIL. **Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024.** Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2024.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação.** Brasília: CFESS, 2019.

DIAS, A. M. I.; THERRIEN, J.; FARIAS, I. M. S. de. As áreas da educação e de ensino na Capes: Identidade, tensões e diálogos. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 10, n. 1, p. 34-57, 2017. Disponível em: Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/6974/4395>. Acesso em: 28 julho de 2025.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional.* 14. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MACHADO, A. M. *Psicologia Escolar: em busca de novas práticas.* **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 1, p. 1-13, 2012.

MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. *Psicologia Escolar: em busca de novos rumos.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PADILHA, M. I. C. S. et al. O uso do relato de experiência como modalidade de produção científica. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 642-647, 2005.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

THURBER, J. Outros métodos de pesquisa descritiva. In: THOMAS, J.R.; NELSON, J.K.; SILVERMAN, S.J. *Métodos de pesquisa em atividade física*. 5ªed. Porto Alegre: Artmed , 2007

TULESKI, S. C. A psicologia escolar e a medicalização da vida. **Psicologia USP**, v. 19, n. 4, p. 445-452, 2008.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.